

O CONCEITO DE FELICIDADE NA FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL EM KANT

THE CONCEPT OF HAPPINESS IN THE KANT'S *GROUNDWORK* OF MORALS

Diego Carlos Zanella *

RESUMO: Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Immanuel Kant pretende estabelecer um princípio moral, válido, necessário e universal para a orientação do agir humano. Um princípio que deve ser completamente destituído de elementos sensíveis. A moralidade não pode ser fundamentada a partir de qualquer princípio empírico, uma vez que um princípio empírico de modo algum pode ser universalizável, mas apenas generalizável. A partir disso, o problema da felicidade como princípio moral é sua determinação por um elemento empírico, e por isso é formalmente indeterminada e indeterminável, pois o ser humano não tem as condições necessárias para delimitar precisamente o conjunto de condições necessárias para a sua perfeita felicidade. A felicidade pode apenas ser condição material da determinação da ação do sujeito, na medida em que é móbil (empírico) para a ação. A felicidade não é a causa da moralidade para Kant, mas uma das suas conseqüências.

PALAVRAS-CHAVE: Vontade. Felicidade. Imperativo Categórico. Kant.

ABSTRACT: In the *Groundwork of Metaphysics of Morals*, Immanuel Kant aims to establish a moral, valid, necessary and universal principle to guide human acting. This principle must be completely devoid of sensible elements. The morality can not be founded from any empirical principle, since one can not be universalized but only generalized. Then the problem of happiness as a moral principle is its determination by an empirical element and so it is formally indeterminate and indeterminable because the human being has not the necessary conditions to delimit the conjunct of necessary conditions to his/her perfect happiness. The happiness only can be a material conditions to determinate the subject's action because it is an incentive (empirical) to act. The happiness is not a cause of morality but one of consequences.

KEY WORDS: Will. Happiness. Categorical Imperative. Kant.

É na primeira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) que Immanuel Kant (1724-1804), inicialmente, tece considerações sobre o conceito de vontade. O objetivo de Kant é o de mostrar através do método da análise o princípio supremo da moralidade. Essa tarefa tem como ponto de partida o conceito de boa vontade, pois para Kant

* Doutorando em Filosofia-PUCRS Contato: diego.zanella@gmail.com

“neste mundo, e também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade**” (FMC IV, 393). Segundo ele, somente a boa vontade pode ser considerada um bem moral, porque somente ela pode ser boa sem limitação. Ou então, diz-se com H. J. Paton, “tudo que Kant quer dizer é que a boa vontade deve apenas ser boa em qualquer contexto que ela possa ser encontrada”¹.

Kant aceita a possibilidade de que possam existir outras coisas boas além da boa vontade. Ele investiga a visão de que certas coisas, as quais são sem dúvida em vários aspectos boas e desejáveis, contudo, não são coisas boas no mesmo sentido que a boa vontade é boa. Talentos do espírito (argúcia de espírito, capacidade de julgar, etc.), qualidades do temperamento (coragem, decisão, constância de propósito, etc.) são essas coisas boas e desejáveis, no entanto, “podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais [...] não for boa” (FMC IV, 393). Com isso, pode-se dizer que a bondade ou a maldade das coisas não depende da coisa mesma, mas sim do uso que delas se faz. Então se diz: a vontade que faz um determinado uso de uma determinada coisa é ou boa ou má.

Os talentos do espírito e as qualidades do temperamento são coisas boas e desejáveis, mas são bons limitados. São bons num determinado propósito, não o são ilimitados, pois ilimitadamente bom só o é a boa vontade. De modo contrário a outros filósofos, Kant busca assegurar que a felicidade não é um bem incondicionado, mas apenas condicionado, ou seja, um bem relativo. Desse modo, a felicidade é insuficiente para a fundamentação de um fim moral, pois ela é determinada por um elemento empírico. O problema da felicidade como princípio moral é sua determinação por um elemento empírico, e por isso é formalmente indeterminada e indeterminável, pois o ser humano não tem as condições necessárias para delimitar precisamente o conjunto de condições necessárias para a sua perfeita felicidade. A felicidade pode apenas ser condição material da determinação da ação do sujeito, na medida em que é móbil (empírico) para a ação. A felicidade não é a causa da moralidade para Kant, mas uma das suas conseqüências.

O tratamento da felicidade por Kant obedece a uma determinação metodológica da *Fundamentação* que tem por objetivo justificar o que Kant chama de uma necessidade absoluta da lei moral. Tal necessidade é que “[t]oda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é como fundamento de obrigação, tem de ter em si uma

¹ PATON, H. J. *The Categorical Imperative*. p.34.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------

necessidade absoluta” (FMC IV, 389). A tarefa a ser desenvolvida deve ser fundamentada de modo que seja válida para todo ser racional. Desse modo, a moralidade não pode ser fundamentada a partir de qualquer princípio empírico, como a felicidade. É justamente por causa dessa necessidade metodológica que Kant tem de rejeitar a felicidade como possibilidade de fundamentação da moralidade². Contudo, cabe a pergunta: qual deve ser o fundamento determinante da vontade? Ou, em outras palavras, o que torna boa a vontade?

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações (FMC IV, 394).

A boa vontade é considerada em si mesma como fim próprio, sendo ela regulada pelo querer. Ou seja, um dos princípios básicos da moral kantiana é que a vontade deve ser compreendida em si mesma, independente de toda e qualquer inclinação exterior, pois, dessa forma, a boa vontade é o bem supremo e a condição de possibilidade de todo o bem. Toda ação praticada por dever é moral através do princípio do querer que a determina e não pelo fim que ela visa.

Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, *não no propósito* que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do *princípio do querer* segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada (FMC IV, 399).

O valor moral de uma ação não depende da vontade do simples desejar, pois se assim o fosse, a ação careceria dele e seria uma ação por inclinação ou por desejo. Mas, se uma ação deve ter valor moral, a ação deve ser praticada por dever, pois, desse modo, o valor moral residirá na máxima segundo a qual a ação foi praticada, isto é, pelo princípio da vontade. Dito de outra maneira, o valor moral do agir não reside no objeto que se deseja atingir, mas sim, na razão pela qual se quer atingi-lo. Portanto, o que importa é somente a regra pela qual se deve agir. Kant ao expor a proposição do *princípio do querer*, pergunta-se em que reside o valor da ação moral e se este não se encontra na vontade considerada em relação com o efeito esperado da ação, então, não se pode encontrar em lugar algum senão no *princípio da vontade*. Isso

² Por outro lado, “[s]er feliz é necessariamente a aspiração de todo ente racional, porém finito e, portanto, um inevitável fundamento determinante de sua faculdade de apetição” (CRPr V, 25). Nesse sentido, a felicidade é um fim buscado por todos, uma necessidade natural do homem. Isso explica porque a felicidade não pode ser o fundamento determinante da moralidade, uma vez que é empírica e buscada por todos os homens.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------

significa afirmar que o valor moral de uma determinada ação não depende das conseqüências exteriores, mas é inferido do princípio do querer segundo o qual a ação foi praticada. A vontade está entre a lei que lhe determina o agir (lei essa que é *a priori*, formal, independente de qualquer contingência da experiência) e os objetos que pretende atingir (que são materiais e formam um móbil *a posteriori*). Para que uma ação seja realizada por dever a vontade deve ser determinada pela representação desse dever, pois se a vontade fosse determinada por qualquer inclinação natural ou intenção pessoal, a ação não seria moral, provavelmente conforme o dever.

Para Kant, a moralidade consiste em uma ação por dever. Por sua vez, o dever é definido como “*a necessidade de uma ação por respeito à lei*” (FMC IV, 400). De acordo com essa afirmação, agir por respeito à lei significa agir por dever. O respeito é exatamente a identificação da subordinação de alguém à referência absoluta da lei. O respeito é um sentimento que é percebido e que atua no nível da sensibilidade, tendo apenas sua origem diferenciada dos demais sentimentos. O objeto do respeito só pode ser a pura lei da moralidade, na condição de ser uma lei imposta ao homem por ele mesmo, ou seja, essa lei é produto de uma autolegislação, de modo que o “respeito pela lei não é um motivo para a moralidade mas é a própria moralidade, considerada subjetivamente como motivo, enquanto a razão prática pura, pelo fato de abater todas as exigências do amor de si opostas a essa, proporciona autoridade à lei, que agora unicamente tem influência” (CRPr V, 76). Desse modo, o dever tem origem na lei da própria vontade, surgindo como mandamento – imperativo – a cumprir e cujo valor encontra-se nele mesmo. O imperativo inspira respeito porque aparece como princípio e não como efeito. O formalismo é característico da moral kantiana, pois consiste justamente na determinação da vontade segundo um princípio formal do agir.

Em que consiste essa lei cujo motivo, sem qualquer espécie de consideração pelo efeito que dela se espera, deve determinar a vontade para que essa possa ser denominada boa absolutamente e sem restrição? Para Kant, a lei que pode ser chamada de absolutamente boa e sem restrição é uma lei universal das ações em geral, que pode servir de princípio único à vontade. De acordo com isso, essa lei ordena que se deva “proceder sempre de maneira que *eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal*” (FMC IV, 402).

O princípio que determina a vontade deve ser universal, deve ser obra da razão de forma que a máxima seja subordinada à lei universal. Ou melhor, para uma possível

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------

legislação universal deve-se perguntar se a máxima pode ser convertida em lei universal. Caso isso não seja possível, essa máxima deve ser rejeitada. Apenas a máxima que pode ser convertida em lei universal pode ser princípio numa possível legislação universal. Para saber se uma máxima pode ser universalizada numa legislação universal, basta perguntar-se: “ficaria eu satisfeito de ver a minha máxima (de me tirar de apuros por meio de uma promessa não verdadeira) tomar o valor de lei universal (tanto para mim como para os outros)?” (FMC IV, 403).

Se a máxima que declara ser lícito tirar-lhe de uma dificuldade com promessas mentirosas, fosse erigida como lei, ninguém prestaria mais fé às promessas e já não haveria vantagem nenhuma em mentir. Por isso, cada qual pode reconhecer em cada momento onde está o dever, condição de uma boa vontade, perguntando-se: “Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal?” (FMC IV, 403). Quando alguém se pergunta se tem razão para agir desse ou daquele modo, pergunta-se: o que faria no lugar de qualquer outro ser dotado de razão, isto é, procura saber se a máxima de ação poderia servir de lei universal.

Sendo assim, o desenvolvimento da análise do conhecimento moral comum permitiu descobrir o princípio supremo da moralidade. Kant não esconde sua admiração pelo fato de que, na inteligência comum da humanidade, o funcionamento prático da razão prevaleça sobre o funcionamento teórico. Sendo coisa normal que todo homem possa facilmente descobrir em si os princípios de uma boa conduta.

No “conhecimento” moral da razão humana comum observa-se o princípio que deve conduzir todo ato moral, princípio esse que deve funcionar como orientador para diferenciar o bom do mau, o que é conforme ao dever do que é contrário ao dever. O objetivo de Kant na primeira seção da *Fundamentação* foi demonstrar que através da análise da experiência comum que a boa vontade é boa em si mesma, porque age por dever que é imposto por uma máxima que pode tornar-se uma lei universal. Entretanto, ressalta a necessidade da razão humana comum sair de seu círculo e buscar fundamentação em uma filosofia prática para encontrar informações sobre a fonte de seu princípio. A ação moral é aquela que se cumpre por dever, não por inclinações. O princípio do dever deve ser universal, ou seja, deve valer para todos os seres racionais.

A distinção entre os possíveis imperativos práticos ilustra precisamente o fato de que para Kant uma ação moral não é meramente um componente de conduta externa, mas inclui

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------

como seus componentes decisivos, os motivos, as intenções e decisões que precedem essa conduta. Com a exposição dos imperativos e suas respectivas características, pretende-se evidenciar porque para Kant nenhum princípio necessário e, por conseguinte, universalmente válido, pode ser determinado a partir da experiência empírica, mas apenas considerando a possibilidade da razão pura poder determinar a vontade independentemente de qualquer interesse, exceto o interesse próprio da razão. Em outras palavras, apenas um princípio prático puro pode ser objetivo, isto é, válido para todos os seres dotados de razão e vontade.

Kant não desconsidera os possíveis interesses das ações em geral – os quais são, sem dúvida, necessários do ponto de vista da natureza sensível dos seres racionais finitos – mas, apenas objeta como seja possível estabelecer e explicar um princípio prático necessário, universalmente válido, a partir das necessidades particulares de um homem ou mesmo de um grupo deles, por exemplo. Tais necessidades podem originar, no máximo, preceitos práticos, mas nunca uma regra prática incondicionada. É preciso notar, portanto, que para Kant a moralidade não pode reportar-se à diversidade de costumes presentes nas diferentes sociedades e em diferentes épocas. Nesse sentido, Kant busca um princípio que possa servir de critério universal para agir, ou seja, um critério propriamente moral para as ações. Esse princípio admite um único interesse – o interesse da razão pura – pois, para Kant o valor moral é um valor intrínseco, enquanto que questões de êxito e fracasso nos empreendimentos não são princípios morais, mas, conceitos de técnica e de prudência.

Não obstante, embora a felicidade seja desejada por todos os homens ela não pode ser precisamente definida a partir dos dados empíricos. Já na *Crítica da Razão Pura* Kant define a felicidade como a “satisfação de todas as nossas inclinações (tanto *extensive*, quanto à sua multiplicidade, como *intensive*, quanto ao grau e também *protensive*, quanto à duração)” (CRP B 834); ou seja, “para a idéia de felicidade é necessário um todo absoluto, um máximo de bem-estar, no meu estado presente e em todo o futuro” (FMC IV, 418). A partir dessa concepção de felicidade, conclui-se que ter a idéia exata da felicidade é algo de impossível para qualquer ser racional finito, pois para tal “seria precis[o] a onisciência” (FMC IV, 418). Mas, considerando que a felicidade é uma necessidade natural, o imperativo assertórico é a maneira pela qual se prescrevem os meios em que a felicidade, ou pelo menos, parte dela é realizada. O princípio da felicidade pode ser considerado uma regra³ prática generalizável, mas de modo algum universalizável.

³ Regras não podem ser universalizadas, somente máximas.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------

Por conseguinte, no nível da fundamentação da moral que visa primordialmente um princípio universalmente válido, Kant distingue o princípio da felicidade – como absolutamente incompatível – com o princípio da moralidade. A importância dessa distinção pode ser percebida no esforço de Kant na *Crítica da Razão Prática* em delimitar o “princípio geral do amor de si ou da felicidade própria” (CRPr V, 22) como um princípio válido apenas subjetivamente e, como tal, insuficiente para servir de critério para a moralidade. Além disso, a questão cresce em importância se for considerado o papel fundamental desempenhado pela felicidade na história da fundamentação da moral, nomeadamente na proposta aristotélica. Não obstante, o fato de Kant ter desconsiderado a felicidade enquanto elemento fundamental para a moral, ele a mantém estreitamente ligada ao sistema moral, “porque na idéia prática estão os dois elementos essencialmente ligados [moralidade e felicidade], embora de tal modo que a disposição moral é a condição que, antes de mais, torna possível a participação na felicidade e não, ao contrário, a perspectiva de felicidade que torna possível a disposição moral” (CRP B 841).

Referências

- ALLISON, H. E. *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BECK, L. W. *A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5.ed. Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, I. *Kants gesammelte Schriften*. Berlin: Der Deutschen Akademie der Wissenschaften; Walter de Gruyter, seit 1902.
- NODARI, P. C. A Noção da Boa Vontade em Kant. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*. v.61, n.2 (2005) p.533-558.
- PATON, H. J. *The Categorical Imperative: a Study in Kant's Moral Philosophy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971.
- WOOD, Allen W. *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 96-102
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	------------